

# Será que os salários ficaram flexíveis demais?

Por Adair Turner

*Valor Econômico*, 26.1.2015

**Um dos fatores impulsionadores da estagnação dos salários e do consumo é a excessiva flexibilidade do mercado de trabalho. Ela provavelmente contribuiu para elevar o nível de emprego em alguns países e pode também ter sido a causa da depressão dos salários reais.**

Neste início de 2015, a realidade da deficiência da demanda mundial e dos riscos de deflação nas principais economias do mundo salta à vista. Na zona do euro, o crescimento do PIB se desacelera e a inflação ficou negativa. O avanço do Japão rumo à sua meta de inflação de 2% empacou. Mesmo economias que vivenciam um crescimento mais sólido não conseguirão cumprir suas metas: a inflação nos Estados Unidos não alcançará 1,5% este ano e a da China registrou seu nível mais baixo de cinco anos, de 1,4%, em novembro.

Nas economias avançadas, a inflação baixa não reflete apenas o impacto temporário da queda dos preços das commodities; reflete também a estagnação salarial de mais longo prazo. Nos Estados Unidos, Reino Unido, Japão e em vários países da zona do euro, o salário real mediano (corrigido pela inflação) continua inferior a seus níveis de 2007. Na verdade, nos EUA os salários reais do quartil mais baixo não sobem há três décadas. E, embora os EUA tenham criado 295 mil novos postos de trabalho em dezembro, os salários pagos em dinheiro caíram.

O mundo em desenvolvimento não está se saindo muito melhor. Como revela o mais recente Relatório Salarial Mundial da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da ONU, os aumentos salariais perdem muito para o crescimento da produtividade.

Pelo fato de o crescimento da renda real ser vital para impulsionar o consumo e os preços, os diretores de bancos centrais e os políticos concentram-se atualmente na tarefa inédita de estimular aumentos salariais. Em julho, o presidente do Bundesbank, o BC alemão, Jens Weidmann, saudou a elevação dos salários por algumas empresas alemãs por índices superiores à inflação. O premiê do Japão, Shinzo Abe, deu um passo além, ao conclamar reiteradamente as empresas a elevarem os salários - e ao estimulá-las a isso pela redução do imposto da pessoa jurídica. Até o momento, no entanto, a pregação teve pouco efeito.

Esse fracasso não teria surpreendido os economistas monetaristas que acompanharam a alta inflação registrada na década de 1970. Na época, muitos atribuíram os acelerados aumentos de preços a fatores de "pressão sobre os custos", como as reivindicações por aumentos salariais. Muitos países chegaram até a lançar políticas públicas formais reguladoras de preços e salários.

Mas essas políticas se revelaram, em grande medida, ineficazes. Parecia, ao contrário, cada vez mais claro que, como disse Milton Friedman, "a inflação é sempre e em todo lugar um fenômeno monetário". Se a demanda nominal crescer mais rapidamente que o crescimento potencial real, a inflação será

inevitável; e o crescimento nominal da demanda pode ser restringido apenas por meio de uma combinação de política fiscal e política monetária.

Embora os bancos centrais tenham reivindicado méritos pela "Grande Moderação" da inflação mundial que se seguiu, fatores estruturais (que determinam a intensidade dos efeitos da pressão sobre os custos) também tiveram um papel decisivo. Para começar, o ingresso da enorme força de trabalho da China na economia de mercado mundial mudou a correlação de forças entre capital e trabalho nas economias avançadas. Permitiu-se que os salários mínimos, especialmente nos EUA, caíssem em relação à renda mediana.

Mais recentemente, os avanços tecnológicos se tornaram um fator impulsionador cada vez mais importante de transformação estrutural, com a tecnologia da informação e a automação do trabalho reduzindo os salários dos empregos de baixa qualificação e corroendo ainda mais o poder político e de mercado da mão de obra organizada. Os atuais mercados de trabalho ultraflexíveis, caracterizados por contratos de meio período, temporários e pelo trabalho em regime de zero hora [sem horário predeterminado e remunerado só pelas horas trabalhadas, mais frequente no Reino Unido], são muito diferentes dos que geraram a inflação por pressão sobre os custos nas décadas de 1960 e 1970.

O resultado em muitos países foi a estagnação do salário real, o aumento da desigualdade e um potencial viés estrutural em favor da deficiência da demanda nominal. Pelo fato de pessoas endinheiradas terem maior propensão a poupar, o aumento da desigualdade tende a produzir um crescimento anêmico da demanda - a não ser, em outras palavras, que a poupança dos endinheirados seja emprestada aos pobres.

Em decorrência disso, embora os dirigentes dos bancos centrais se considerassem, antes da crise financeira de 2008, como heróis da batalha contra a inflação, eles se viram, cada vez mais, neutralizando as pressões deflacionárias estruturais por meio da fixação de taxas de juros suficientemente baixas para estimular surtos de crescimento do crédito. Isso levou à criação excessiva de dívidas, à crise financeira e atualmente ao déficit crônico de demanda agregada, com famílias, empresas e governos tentando reduzir suas dívidas.

Mas, embora fatores estruturais e excessos de dívidas sustentem a atual inadequação da demanda, uma resposta puramente macroeconômica poderia resolver o problema. Assim como a limitação monetária determinada submeteu, em última instância, as pressões sobre os custos 30 anos atrás, uma política pública igualmente determinada, em outro sentido, poderia, em tese, impulsionar o crescimento da demanda nominal nos dias de hoje.

A melhor maneira de obter isso não é por meio da atual combinação de taxas de juros ultrabaixas e afrouxamento quantitativo. Afinal, embora essa abordagem possa acabar estimulando a demanda, chegaria a isso ao puxar para cima os preços dos ativos - exacerbando com isso a desigualdade de riqueza - e ao reestimular o crescimento do crédito privado a pessoas físicas e jurídicas que alimentou a crise financeira.

Mas os formuladores de políticas públicas sempre têm outra opção para criar demanda nominal: imprimir dinheiro para financiar seus déficits fiscais. A disponibilidade permanente desse método - que Friedman chamou de dinheiro

[jogado] "do helicóptero" - torna a demanda nominal deficiente um dos pouquíssimos problemas econômicos para os quais existe sempre uma resposta.

No entanto, um enfoque puramente macroeconômico como esse para a luta contra a deflação quase certamente não seria o mais adequado. Uma estratégia melhor abarcaria também políticas destinadas a enfrentar os fatores estruturais impulsionadores da estagnação dos salários e do consumo.

Um desses fatores impulsionadores é a excessiva flexibilidade do mercado de trabalho. Embora o abrandamento das regras de contratação e demissão de trabalhadores provavelmente tenha contribuído para elevar o nível de emprego em alguns países, como o Reino Unido, ele pode também ter sido o causador da depressão dos salários reais. Assim como podem ser rígidos demais, os mercados de trabalho podem ser flexíveis demais.

O aumento dos salários mínimos poderia ajudar a restringir a corrosão dos ganhos reais do quartil mais baixo. E os sistemas de impostos e de bem-estar social podem ser empregados para canalizar renda para os que mais tendem a gastá-la.

Pelo fato de a deflação, assim como a inflação, ser, em última instância, um fenômeno monetário, armas de natureza fiscal e monetária são os meios mais decisivos para combatê-la. Mas a importância potencial das políticas estruturais não deve ser ignorada. Weidmann e Abe estão certos: alguma pressão sobre os custos poderia ser proveitosa. Mas serão necessárias políticas de governo deliberadas para estimulá-la. **(Tradução de Rachel Warszawski)**